

## **A Sociedade de Estados no Médio Oriente em Transformação: O Caso da Normalização com Israel**

**Pedro H. Palitos de Carvalho**

Membro Associado do Observatório Político<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este paper analisa o processo de normalização das relações entre Israel e vários Estados árabes no âmbito dos Acordos de Abraão, procurando responder às motivações subjacentes à sua integração parcial na sociedade de Estados da região. Recorrendo à Escola Inglesa das Relações Internacionais, com enfoque no conceito de sociedade de Estados de Hedley Bull, o artigo argumenta que esta normalização resulta sobretudo de uma convergência pragmática de interesses securitários, estratégicos e económicos, mais do que de uma transformação normativa profunda do Médio Oriente. A análise destaca o impacto do recuo relativo dos Estados Unidos, a perceção de ameaça comum associada ao Irão e ao extremismo regional, bem como as dinâmicas específicas dos Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos. Conclui-se que os Acordos de Abraão configuram uma integração funcional e limitada de Israel na ordem regional, condicionada pela persistência do conflito israelo-palestiniano e por fragilidades estruturais que tornam este processo reversível.

**Palavras-chave:** Médio Oriente, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Marrocos, Sudão, Israel, Escola Inglesa, Status Quo, Sociedade de Estados

---

<sup>1</sup> Estudante de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa



## **Introdução**

A relação histórica entre o Estado de Israel e os países árabes tem sido marcada por persistente conflito e discórdia. Desde a fundação do Estado judaico no rescaldo da Segunda Guerra Mundial até à contemporaneidade, os Estados árabes, de forma geral, rejeitaram a legitimidade de Israel enquanto entidade política soberana (Baqai & Mehreen, 2021; Faheema, 2023; Hallward & Biygautane, 2024). Tal posição foi amplamente simbolizada pela Declaração de Cartum, de 1967, na qual a maioria dos Estados do Médio Oriente — em particular atores regionais centrais como a Arábia Saudita e o Egito —, em solidariedade com o povo palestino e com as vicissitudes decorrentes da sua “expulsão” territorial, acordou nos célebres “três não” — não à negociação, não ao reconhecimento e não à paz com Israel (Isani, 2025) — formalizando, assim, a conceção de Israel como uma entidade política indesejada no mundo árabe.

Não obstante, esta postura de intransigência não se manteve indefinidamente. Estados como o Egito e a Jordânia vieram a celebrar acordos de paz com Israel; contudo, tais entendimentos revelaram-se, durante largos períodos, como expressões de uma “paz fria”, caracterizadas pela ausência de um desenvolvimento substantivo das relações económico-políticas que pudesse sustentar uma convivência verdadeiramente pacífica e duradoura (Baqai & Mehreen, 2021; Faheema, 2023; Hallward & Biygautane, 2024).

Todavia, em setembro de 2020, verificou-se uma inflexão significativa na dinâmica política do Médio Oriente, com a assinatura dos Acordos de Abraão entre Israel e os Emirados Árabes Unidos (EAU), Marrocos, Bahrein e Sudão. Nestes acordos, os Estados signatários comprometeram-se a estabelecer relações de “paz plena” com Israel, acompanhadas por iniciativas de cooperação e investimento nos domínios económico, social e cultural (Guzansky & Marshall, 2020; Huczko, 2023). Na prática, tal desenvolvimento assinalou o fim do estatuto de pária ao qual Israel se encontrava, em grande medida, relegado no contexto do mundo árabe.



Este acontecimento suscita, assim, uma questão central: quais foram as motivações que levaram determinados Estados árabes a aceitar a integração de Israel na sociedade de Estados da região? Apesar da histórica oposição, o que explica o reconhecimento progressivo deste Estado? É esta a problemática que o presente trabalho se propõe a esclarecer.

Nesse sentido, a análise iniciar-se-á com um breve enquadramento teórico assente na Escola Inglesa das Relações Internacionais, de modo a melhor compreender o conceito de sociedade de Estados aplicado ao contexto árabe. De seguida, proceder-se-á à análise da evolução da política externa norte-americana, enquanto potência hegemónica global, e da sua influência particular na região do Médio Oriente, com especial enfoque em Estados como o Bahrein e os EAU. Posteriormente, com recurso a estudos de caso, serão examinadas as motivações subjacentes à normalização das relações entre Israel e determinados Estados árabes. Por fim, serão discutidas as limitações impostas pela questão palestiniana, bem como pelas transformações na política regional israelita, enquanto fatores de risco para a consolidação das relações com os Estados árabes e para a plena integração de Israel na sociedade de Estados da região.

### **Enquadramento Teórico-Conceptual**

A Escola Inglesa das Relações Internacionais surgiu no Reino Unido na segunda metade do século XX como uma abordagem intermédia, procurando integrar dimensões históricas, normativas e institucionais na análise do comportamento dos Estados em contexto anárquico. O seu desenvolvimento associa-se sobretudo aos contributos de Martin Wight, Adam Watson e Hedley Bull, sendo que este último, em particular, argumenta que a anarquia internacional não impede a formação de uma sociedade de Estados estruturada por normas, regras e instituições partilhadas (Bull, 1977).

Neste quadro, Bull distancia-se tanto da perspetiva hobbesiana realista, que concebe a política internacional como um estado de conflito permanente, como da visão kantiana universalista, que aponta para uma comunidade global da



humanidade. Em alternativa, aproxima-se da tradição grociana, defendendo a existência de uma sociedade internacional. Esta é definida como «(...) a group of states, conscious of certain common interests and common values (...)» (Bull, 1977, p. 13), ou seja, um conjunto de Estados que reconhecem interesses e valores comuns e se vinculam a regras e instituições que regulam as suas relações. Estas instituições incluem práticas como o equilíbrio de poder, a diplomacia, a soberania, o direito internacional e o reconhecimento mútuo de legitimidade.

Deste modo, distingue-se o conceito de sociedade internacional do de sistema internacional, sendo este último limitado à interação entre Estados, com menor densidade normativa e institucional (Bull, 1977).

A partir de Bull (1977), pode ainda inferir-se que a sociedade de Estados privilegia a manutenção da ordem internacional, entendida como preservação da soberania, da integridade territorial e da estabilidade sistémica. Todavia, no seio da Escola Inglesa persiste a tensão entre ordem e justiça: enquanto a abordagem pluralista enfatiza a soberania e a não-intervenção, a perspetiva solidarista valoriza princípios de justiça internacional, incluindo direitos humanos e preocupações humanitárias, abrindo espaço ao debate sobre intervenção e governação global.

Em termos gerais, o conceito de sociedade de Estados constitui um instrumento analítico relevante para compreender a evolução das normas e instituições que estruturam o comportamento dos atores internacionais.

Neste enquadramento, a normalização e o reconhecimento de Israel no contexto dos Acordos de Abraão podem ser interpretados como um processo de integração gradual na sociedade de Estados, implicando o reconhecimento da sua soberania e legitimidade, em contraste com a posição predominante durante a vigência da Declaração de Cartum.

Paralelamente, no presente trabalho, entende-se por sociedade de Estados árabes o conjunto de países do Norte de África e do Médio Oriente que partilham

uma identidade histórica, cultural e linguística comum, expressa institucionalmente na Liga Árabe, e que se percecionam como vinculados por normas próprias de interação. Importa, contudo, sublinhar que a “aceitação” de Israel neste quadro não corresponde a uma integração plena, uma vez que a sua inclusão em termos identitários, institucionais e regionais permanece, em grande medida, limitada ou inconcebível.

### **Recuo dos EUA**

No que respeita aos fatores que motivaram a adesão de Estados árabes — tradicionalmente opositores de Israel — a este processo, Dachtler (2022) identifica dois vetores centrais: (i) a perceção comum de ameaça proveniente do Irão e de movimentos islamistas radicais, suscetível de fomentar dinâmicas de coalition-building; e (ii) a perceção de um retraimento progressivo dos Estados Unidos da região, incentivando a formação de uma “coligação de continuidade”.

Os Acordos de Abraão formalizam mecanismos de cooperação económica e securitária entre Israel e várias monarquias do Golfo, sem, contudo, constituírem um sistema de segurança coletiva equiparável ao da NATO, nem implicarem obrigações formais de defesa mútua (Baqai & Mehreen, 2021). Ainda assim, devem ser interpretados como um passo relevante na reconfiguração da arquitetura regional, ao intensificarem a coordenação face à influência iraniana e às suas redes de proxies, bem como ao refletirem interesses económicos e estratégicos convergentes. A médio e longo prazo, poderão contribuir para um realinhamento mais profundo, incluindo a possibilidade de integração de sistemas de defesa aérea regionais (Ahmed, 2022).

Paralelamente, o receio de um afastamento norte-americano ganhou expressão sobretudo a partir da administração de Barack Obama, cujas orientações — nomeadamente o “Pivot to Asia” e a reaproximação ao Irão — foram percecionadas como sinais de redução do compromisso com o Médio Oriente (Karsh, 2023). A isto somaram-se tensões nas relações com Israel e críticas regionais ao Acordo Nuclear com o Irão, considerado insuficiente pelos aliados do Golfo. Esta perceção de ambiguidade estratégica foi posteriormente



reforçada por eventos como a retirada do Afeganistão em 2021 (Guzansky & Marshall, 2020).

Embora a administração Trump tenha adotado uma postura mais confrontacional face ao Irão e marcadamente pró-Israel — incluindo o reconhecimento de Jerusalém como capital e o reforço do apoio às posições israelitas (Fiore, 2020; Sinai & Norlen, 2020) —, manteve princípios como o *burden sharing* e a doutrina “*America First*”, contribuindo para a persistência de incertezas quanto ao compromisso americano (Isani, 2025).

Neste contexto, a promoção da normalização entre Israel e Estados árabes emergiu como um pilar da estratégia regional dos Estados Unidos, culminando na assinatura dos Acordos de Abraão em 15 de setembro de 2020. Estes estabeleceram relações diplomáticas plenas e cooperação multidimensional, rompendo com a tradicional condicionalidade árabe associada à criação de um Estado palestino (Huczko, 2023).

Do ponto de vista estratégico, os acordos contribuem para mitigar o vazio de poder decorrente da retração americana, conter o denominado “eixo da resistência” e reforçar o alinhamento regional com Washington (Sinai & Norlen, 2020). Simultaneamente, refletem preocupações securitárias dos Estados árabes quanto à fiabilidade futura dos Estados Unidos enquanto garante de segurança (Guzansky & Marshall, 2020).

Por fim, é possível traçar um paralelo interpretativo inspirado no trabalho de Shimazu (1998) sobre a integração do Japão na sociedade de Estados do século XIX. Tal como o Japão, então em expansão e sujeito ao isolamento diplomático, recorreu à Aliança Anglo-Japonesa para partilhar com o Reino Unido a gestão da ordem regional e conter a expansão russa, Israel tem sido progressivamente inserido numa rede de alianças regionais estruturada pelos Estados Unidos. Neste contexto, a estratégia americana visa não apenas fortalecer a estabilidade no Médio Oriente e conter o Irão, mas também “partilhar o peso” da gestão regional com aliados estratégicos, permitindo que Washington priorize outras questões globais, como a competição tecnológica com a China ou os desafios



decorrentes da intervenção russa na Ucrânia. Assim, a integração de Israel e a sua cooperação com os Estados do Golfo nos Acordos de Abraão podem ser compreendidas como uma extensão moderna desse princípio histórico: consolidar uma coligação de Estados leais à política americana, capazes de gerir os riscos regionais e assegurar interesses estratégicos sem exigir presença militar direta ou intervenção constante por parte da potência hegemónica (Shimazu, 1998; Sinai & Norlen, 2020).

### **Emirados Árabes Unidos: Pragmatismo Estratégico**

A normalização das relações entre os EAU e Israel, no âmbito dos Acordos de Abraão, constitui o processo mais profundo desse quadro, por romper com o tabu regional que condicionava a normalização à resolução prévia do conflito israelo-palestiniano.

Historicamente, a política externa dos Emirados alinhou-se com o consenso árabe, incluindo apoio diplomático à causa palestina e participação em iniciativas de boicote a Israel (Kertcher & Schiff, 2024). Esta orientação sofre uma inflexão sob a liderança de Mohammed bin Zayed Al Nahyan, com a consolidação de um paradigma de “pragmatismo construtivo”, centrado na diversificação económica, reforço de capacidades militares e cooperação regional (Kertcher & Schiff, 2024). Tal reorientação é também expressa por Anwar Gargash, ao destacar a centralidade da segurança nacional, prosperidade económica e autonomia estratégica (Faheema, 2023).

A literatura aponta múltiplos fatores para esta mudança. Kertcher e Schiff (2024) sublinham a perceção de ameaça associada ao radicalismo islâmico e ao Irão, incluindo o seu programa nuclear, como incentivo à aproximação a Israel. Em contraste, Faheema (2023) enfatiza uma estratégia mais ampla de diversificação de alianças e maximização de interesses, que combina aproximação ao Ocidente com canais abertos com Teerão.

A perceção da ameaça iraniana manteve-se central, refletindo-se num forte investimento militar e numa estreita parceria com os Estados Unidos, incluindo

operações conjuntas contra o Estado Islâmico, o que contribuiu para a imagem dos Emirados como uma “pequena Esparta” (Sinai & Norlen, 2020). Paralelamente, tensões com Washington durante as administrações Obama e Trump, bem como a exclusão percebida dos interesses regionais no acordo nuclear com o Irão, reforçaram a incerteza estratégica (Vakil & Quilliam, 2023). Neste contexto, a oposição de Benjamin Netanyahu ao acordo de 2015 constituiu um ponto de convergência com Abu Dhabi (Vakil & Quilliam, 2023).

As relações bilaterais desenvolveram-se de forma gradual e inicialmente discreta desde meados da década de 2000, incluindo a abertura de canais comerciais e diplomáticos informais, bem como cooperação em inteligência, cibersegurança e segurança desde 2010 (Kertcher & Schiff, 2024). Em paralelo, registaram-se contactos políticos de alto nível entre Netanyahu e Mohammed bin Zayed em 2018 e 2019 (Kertcher & Schiff, 2024). A cooperação económica e tecnológica, ainda que anterior em alguns domínios (como agricultura e gestão de recursos hídricos desde a década de 1990), intensificou-se durante a pandemia de COVID-19, num contexto de contração económica e necessidade de diversificação estratégica dos EAU (Kertcher & Schiff, 2024).

Após a formalização dos Acordos de Abraão, a cooperação intensificou-se, destacando-se o acordo de comércio livre — primeiro entre Israel e um Estado árabe — que reduziu tarifas e aprofundou a integração económica. A complementaridade económica é particularmente visível nos setores tecnológico e financeiro, com os Emirados a funcionarem como investidores e plataforma regional para empresas israelitas (Vakil & Quilliam, 2024). Foram também criados mecanismos institucionais de cooperação financeira e assinados memorandos em áreas como energia, segurança alimentar e cibersegurança, com o comércio bilateral a atingir cerca de 1 mil milhão de dólares em 2021 e 2,59 mil milhões em 2022 (Kertcher & Schiff, 2024).

Em termos estratégicos, esta evolução reflete uma reconfiguração da política externa dos Emirados, orientada para a autonomia estratégica e o reposicionamento como hub económico global, passando da imagem de



“pequena Esparta” para a ambição de uma “pequena Singapura”, com o Dubai como plataforma central de conectividade regional e internacional (Vakil & Quilliam, 2024).

### **Bahrain: Diplomacia da Dependência**

A normalização das relações entre Israel e o Bahrein aproxima-se, em termos gerais, do processo observado com os EAU embora apresente especificidades próprias que justificam a sua análise. Neste contexto, importa compreender os fatores que conduziram à adesão do Bahrein aos Acordos de Abraão, bem como a influência de dinâmicas externas neste processo.

O Bahrein distingue-se no Golfo por uma estrutura demográfica marcada por uma maioria xiita governada por uma elite sunita, o que gera vulnerabilidades políticas e securitárias (Faheema, 2023). Este enquadramento reforça a dependência de garantias externas de segurança, nomeadamente da Arábia Saudita, dos Estados Unidos, dos Emirados Árabes Unidos e, indiretamente, de Israel (Faheema, 2023). Neste contexto, a formalização das relações diplomáticas em 2020 foi seguida por um memorando de entendimento em 2021 centrado na cooperação militar, partilha de intelligence e desenvolvimento industrial. Posteriormente, a visita de Bennett impulsionou a agenda da “Joint Warm Peace”, com alcance alargado a áreas como cultura, educação, saúde e cooperação económica (Dachtler, 2022).

Paralelamente, a cooperação com Israel articula-se com os objetivos da Economic Vision 2030, proporcionando acesso a tecnologia e soluções inovadoras, sobretudo nos domínios climático e ambiental, considerados centrais para estratégias de sustentabilidade (Faheema, 2023). No plano das relações com os Estados Unidos, a normalização contribuiu igualmente para atenuar críticas relativas à situação dos direitos humanos no Bahrein (Huczko, 2023).

À semelhança dos Emirados Árabes Unidos, o Bahrein beneficia ainda de uma reduzida carga histórica de conflito com Israel, o que facilita a reconfiguração da



sua política externa. A inexistência de guerras diretas e a presença limitada de refugiados palestinos no país contribuem para maior flexibilidade diplomática (Fiore, 2020).

Apesar destes fatores, persistem constrangimentos internos relevantes. A sociedade bareinita mantém uma forte sensibilidade à causa palestina, e vários atores políticos e sociais manifestaram oposição à normalização, incluindo a subscrição de petições por dezenas de organizações (Dazi-Héni, 2020). Ainda que a repressão dos protestos de 2011 tenha enfraquecido a oposição interna, a pressão social levou a uma moderação do enquadramento oficial, substituindo a formulação inicial de “paz” por uma declaração mais limitada de restabelecimento de relações (Dazi-Héni, 2020).

Por fim, diversos autores destacam o papel decisivo de pressões externas na adesão do Bahrein aos Acordos de Abraão. Após a normalização dos Emirados Árabes Unidos, tanto a administração norte-americana como a Arábia Saudita exerceram influência significativa sobre Manama (Dazi-Héni, 2020). Para Washington, o processo representava um ganho diplomático associado ao “Deal of the Century”, enquanto para Riade o envolvimento do Bahrein permitia evitar custos políticos internos de uma normalização direta, funcionando o país como intermediário regional no processo de aproximação a Israel (Dazi-Héni, 2020).

### **Sudão e Marrocos: duas trajetórias na normalização com Israel**

Os casos do Sudão e de Marrocos ilustram trajetórias contrastantes de normalização com Israel no âmbito dos Acordos de Abraão, revelando diferentes níveis de profundidade, institucionalização e sustentabilidade política.

No Sudão, a normalização foi formalmente anunciada em fevereiro de 2022 pelo general Abdel Fattah al-Burhan, após o compromisso assumido no contexto da retirada do país da lista norte-americana de Estados patrocinadores do terrorismo em 2020 (Datchler, 2020). Contudo, o processo permaneceu essencialmente simbólico, com fraca concretização económica e militar e contactos limitados sobretudo ao nível intergovernamental e securitário



(Dachtler, 2022; Hallward & Biygautane, 2024). A instabilidade política interna, agravada pelo golpe de 2021 e pela oposição de setores ligados à Irmandade Muçulmana, contribuiu para bloquear a consolidação da normalização (Dachtler, 2022). Assim, o caso sudanês configura uma “paz fria”, isto é, uma normalização formal sem aprofundamento substancial.

Em contraste, Marrocos apresenta uma trajetória mais estruturada, assente em contactos informais prévios desde os anos 1990, incluindo ligações socioculturais e presença significativa de comunidades de origem marroquina em Israel (Dachtler, 2022). A adesão aos Acordos de Abraão esteve fortemente associada ao reconhecimento norte-americano da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental e à expectativa de ganhos económicos e estratégicos (Faheema, 2023).

Ao contrário do Sudão, a normalização marroquina traduziu-se em resultados concretos: expansão da cooperação económica, abertura de embaixadas, acordos comerciais e investimentos em setores como energia, agricultura e tecnologia (Dachtler, 2022). No plano cultural, destacou-se a valorização do património judaico, enquanto no domínio securitário a cooperação se intensificou após 2021, incluindo partilha de inteligência e aquisição de tecnologia militar israelita (Datchler, 2020; Faheema, 2023).

Em síntese, o Sudão representa uma normalização frágil e sobretudo declarativa, enquanto Marrocos evidencia um modelo mais consolidado, sustentado por interesses estratégicos, continuidade histórica e implementação progressiva.

### **Limitações: Linhas de Fratura**

Com base nos estudos de caso analisados, pode inferir-se que a aceitação de Israel na sociedade de Estados árabes resulta simultaneamente da necessidade de preservação do equilíbrio de poder regional e da procura de oportunidades estratégicas associadas à cooperação bilateral, particularmente nos domínios securitário, económico e tecnológico.

Todavia, os Acordos de Abraão e a consequente aproximação entre Israel e determinados Estados árabes apresentam limitações estruturais significativas, suscetíveis de condicionar o aprofundamento das relações e de comprometer a transição de uma “paz fria” para uma “paz quente”. Entre estas limitações destacam-se, de forma central, a persistência do conflito israelo-palestiniano e a eventual evolução da postura estratégica de Israel para uma orientação mais assertiva ou revisionista.

No que se refere à questão palestina, esta permanece um elemento estruturante da política regional árabe. Desde a Declaração de Cartum e a formulação dos seus “três não”, a posição árabe tem historicamente condicionado os processos de normalização com Israel à resolução prévia do conflito israelo-palestiniano (Isani, 2025). Neste contexto, em 2002, a Arab Peace Initiative (API) marcou uma inflexão relevante ao propor uma solução de dois Estados e a normalização entre Israel e os Estados árabes em troca da retirada israelita dos territórios ocupados (Isani, 2025). Ainda que iniciativas como a API e a progressiva aceitação da solução de dois Estados tenham introduzido maior flexibilidade no posicionamento regional, os Acordos de Abraão representam uma rutura significativa, ao dissociarem explicitamente a normalização diplomática da resolução do conflito e ao assentarem numa lógica de “paz por si mesma” (Rehman, 2020). Esta abordagem insere-se no contexto pós-Primavera Árabe, no qual diversos regimes árabes passaram a priorizar ameaças de natureza interna, enquanto o apoio popular à causa palestina evidencia sinais de erosão (Rehman, 2020). Em paralelo, a relação entre a Arábia Saudita e o Hamas deteriorou-se em virtude da aproximação deste último ao Irão, culminando na sua proscrição em território saudita na sequência do fracasso dos Acordos de Meca (Palik, 2023). Não obstante, esta orientação tem sido amplamente contestada por segmentos da opinião pública árabe, que a interpretam como uma marginalização da causa palestina e a consolidação de uma dinâmica de “paz fria” (Hallward & Biygautane, 2024), tendo igualmente sido rejeitada pela Autoridade Palestina (Vakil & Quilliam, 2023).

Do ponto de vista israelita, a centralidade da questão palestina na arquitetura regional é reconhecida desde o processo de Oslo, tendo sido identificada por Yitzhak Rabin como um obstáculo à construção de uma coligação anti-iraniana (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025). Ainda que Benjamin Netanyahu tenha inicialmente partilhado essa leitura, a sua posição evoluiu para uma abordagem menos conciliatória, culminando numa orientação de “paz por paz” em detrimento de “paz por território” (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025). Esta mudança reflete igualmente dinâmicas da política interna israelita, marcadas pela influência de coligações de direita mais inclinadas para posições duras e, em certos casos, para a anexação territorial (Faheema, 2023).

Paralelamente, a opinião pública árabe continua a atribuir elevada relevância à causa palestina. Apesar de sinais de maior pragmatismo entre gerações mais jovens, cerca de 80% dos inquiridos no Arab Opinion Index continuam a considerá-la central para o mundo árabe (Guzansky & Marshall, 2020). Este fator contribui para a persistente sensibilidade política do tema, mesmo nos Estados que avançaram com processos de normalização.

Efetivamente, países como os Emirados Árabes Unidos procuraram mitigar custos reputacionais internos, condicionando a normalização à suspensão temporária dos planos de anexação israelitas (Rehaman, 2020; Fiore, 2020). No caso de Estados com relações previamente institucionalizadas, como o Egito e a Jordânia, persistem limitações estruturais, ainda que em diferentes graus de intensidade, destacando-se, no caso jordano, o papel especial enquanto guardião dos lugares sagrados em Jerusalém (Dachtler, 2022).

Simultaneamente, no interior das elites árabes, a normalização com Israel constitui um foco de tensão significativo, como evidenciado no caso da Arábia Saudita, onde diferentes dinâmicas intra elites condicionam a formulação da política externa. Enquanto o rei Salman mantém uma posição mais alinhada com a Iniciativa de Paz Árabe e com setores clericais conservadores (Dazi-Héne, 2020; Palik, 2023), o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman adota uma



abordagem mais pragmática, orientada para a diversificação económica e a redução do envolvimento militar regional (Kamrava, 2025).

A eclosão do conflito em Gaza após 7 de outubro de 2023 reavivou estas tensões, gerando pressões internas contra os processos de normalização e levando alguns Estados a reavaliar as suas posições diplomáticas e económicas (Kamrava, 2025). No caso da Arábia Saudita, observou-se um aumento significativo do custo político interno associado a qualquer aproximação a Israel, acompanhado pela reafirmação da centralidade da solução de dois Estados como condição prévia para avanços diplomáticos (Isani, 2025; Kamrava, 2025).

A segunda limitação prende-se com a evolução da postura estratégica de Israel face ao Irão e as suas implicações para a ordem regional. O Médio Oriente tem sido frequentemente conceptualizado como estruturado por uma bipolaridade entre o “eixo de resistência” e a “coligação de continuidade”, que competem pela definição do status quo regional (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025). Neste quadro, tanto Israel como o Irão desenvolveram estratégias de “defesa avançada”, ainda que com lógicas distintas: o Irão através do apoio a atores não estatais como o Hezbollah e o Hamas, e Israel através da projeção de poder militar e controlo de áreas estratégicas além das suas fronteiras (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025; Karmon, 2025).

Contudo, os desenvolvimentos posteriores a outubro de 2023 sugerem uma possível inflexão na postura israelita, caracterizada pelo enfraquecimento de proxies iranianos e por ganhos operacionais em teatros como Gaza, Líbano e Síria, criando uma janela de oportunidade estratégica (Karmon, 2025). Esta evolução pode traduzir-se numa transição de uma postura defensiva para uma orientação mais assertiva, orientada para a reconfiguração do equilíbrio regional (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025; Karmon, 2025).

Tal tendência, contudo, pode entrar em tensão com os interesses dos Estados árabes da “coligação de continuidade”, particularmente as monarquias do Golfo, que privilegiam estabilidade e evitam escaladas diretas com o Irão devido às suas vulnerabilidades económicas e securitárias (Pinfold, Jones & Ehteshami,



2025). O caso dos Emirados Árabes Unidos ilustra esta ambivalência: apesar da normalização com Israel, mantém uma estratégia de diversificação diplomática e contenção da escalada regional, incluindo a reaproximação seletiva ao Irão (Vakil & Quilliam, 2023).

Deste modo, emerge um paradoxo estrutural: enquanto Israel pode ver na conjuntura atual uma oportunidade para redefinir a ordem regional, os seus parceiros árabes tendem a privilegiar a estabilidade e a gestão de riscos. Assim, a própria normalização, embora funcional em termos económicos e securitários, pode simultaneamente atuar como fator de contenção, limitando a viabilidade de estratégias israelitas mais revisionistas e contribuindo para a manutenção de um equilíbrio regional instável, mas funcional.

### **Considerações Finais**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite concluir que a normalização das relações entre Israel e diversos Estados árabes, no âmbito dos Acordos de Abraão, resulta de uma convergência de fatores estratégicos, securitários e económicos, mais do que de uma transformação identitária ou normativa profunda. Os casos dos Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos demonstram que a aproximação a Israel foi sobretudo impulsionada pela perceção de ameaça comum — em particular face ao Irão —, pela necessidade de adaptação a um contexto de retração relativa dos Estados Unidos e pela procura de oportunidades económicas e tecnológicas.

Assim, e à luz da Escola Inglesa, particular da conceptualização de Bull (1977), os desenvolvimentos analisados podem ser interpretados como uma reconfiguração da sociedade de Estados no Médio Oriente. Seguindo Bull (1977) a ordem internacional não resulta apenas da distribuição de poder, mas da existência de normas, regras e instituições partilhadas que permitem aos Estados reconhecerem-se mutuamente como membros de uma mesma sociedade.



Neste sentido, os Acordos de Abraão não representam necessariamente uma transformação estrutural completa do sistema regional, mas antes um processo gradual de incorporação de Israel numa sociedade de Estados árabes, ainda que de forma limitada e funcional, e, em certos casos *de jure* (Dachtler, 2022; Hallward & Biygautane, 2024). O reconhecimento diplomático e a institucionalização de práticas como a cooperação económica, tecnológica e securitária refletem a aceitação de Israel como ator legítimo, evidenciando a centralidade de instituições fundamentais identificadas por Bull (1977), como a diplomacia e o reconhecimento mútuo.

Contudo, esta integração permanece parcial e funcional. Por um lado, os Acordos de Abraão refletem a primazia da ordem — entendida como estabilidade regional, equilíbrio de poder e preservação dos interesses estatais — sobre a justiça, particularmente no que concerne à questão palestina. Por outro lado, a ausência de uma aceitação plena ao nível social e identitário no mundo árabe limita a profundidade desta integração, distinguindo claramente reconhecimento político de verdadeira incorporação numa comunidade regional.

Adicionalmente, as limitações identificadas ao longo do trabalho reforçam o carácter contingente deste processo. A persistência do conflito israelo-palestino continua a constituir um fator de instabilidade estrutural, capaz de mobilizar a opinião pública árabe e de constranger a ação das elites políticas (Guzansky & Marshall, 2020; Isani, 2025). Paralelamente, uma eventual evolução de Israel para uma postura mais assertiva ou revisionista poderá gerar tensões com os seus novos parceiros árabes, que tendem a privilegiar a estabilidade e a contenção do conflito regional (Pinfold, Jones & Ehteshami, 2025).

Neste contexto, a integração de Israel na sociedade de Estados árabes deve ser entendida como um processo dinâmico e reversível, dependente da manutenção de um equilíbrio delicado entre interesses estratégicos e pressões normativas. Tal como sublinhado por Bull (1977), a tensão entre ordem e justiça permanece um elemento estruturante da política internacional; no caso do Médio Oriente,

essa tensão manifesta-se de forma particularmente aguda, condicionando tanto os limites como as possibilidades de uma integração mais profunda e duradoura.

Em suma, este *paper* pode concluir que os Acordos de Abraão não representam o fim do conflito ou a plena integração de Israel no mundo árabe, mas antes a sua aceitação pragmática enquanto membro de uma sociedade de Estados em transformação, orientada, acima de tudo, pela lógica da ordem e da sobrevivência num contexto regional incerto.

## Referências bibliográficas

- Ahmed, S. (2022). Abraham accords: Strategic realignment within Middle East. *CISS Insight Journal*, 10(1), 28–48. <https://journal.ciss.org.pk/index.php/ciss-insight/article/view/215>
- Baqai, H., & Mehreen, S. (2021). Abraham accords: A journey from Arab-Israeli to Palestinian-Israeli conflict. *JISR Management and Social Sciences & Economics*, 19(1), 113–126. <https://doi.org/10.31384/jisrmsse/2021.19.1.8>
- Bull, H. (1977). *The anarchical society: A study of order in world politics* (1st ed.). Oxford University Press.
- Dachtler, P. (2022). *From new to normal: Two years after the Abraham Accords*. GESIS – Leibniz Institute for the Social Sciences. <https://doi.org/10.57671/gfme-22052>
- Dazi-Héni, F. (2020). *The Gulf States and Israel after the Abraham Accords*. Arab Reform Initiative. <https://www.arab-reform.net/publication/the-gulf-states-and-israel-after-the-abraham-accords/>
- Faheema, N. (2023). Shifting politics between Muslim states & Israel: From the Khartoum Declaration to the Abraham Accords. *Muslim Politics Review*, 2(2), 163–207. <https://doi.org/10.56529/mpr.v2i2.203>
- Fiore, M. (2020, November 1). The Abraham Accords and the Palestinian issue. *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2020/11/01/the-abraham-accords-and-the-palestinian-issue/>
- Guzansky, Y., & Marshall, Z. A. (2020). The Abraham Accords: Immediate significance and long-term implications. *Israel Journal of Foreign Affairs*, 14(3), 379–389. <https://doi.org/10.1080/23739770.2020.1831861>
- Hallward, M. C., & Biygautane, T. (2024). Arab state narratives on normalization with Israel: Justifying policy reversal. *Contemporary Review of the Middle East*, 11(1), 23–49. <https://doi.org/10.1177/23477989231220444>
- Huczko, M. (2023). The Abraham Accords and their legacy: A fresh approach to a solution for the Middle East conflict—from Trump to Biden. *Cywilizacja i Polityka*, (21), 92–107. [https://pbc.gda.pl/Content/124516/CiP\\_2023\\_21.pdf](https://pbc.gda.pl/Content/124516/CiP_2023_21.pdf)

- Isani, M. A.. (2025). Assessing Saudi-Israel normalization following the Gaza war. In K. Boms, A. Khuzai, & A. Tuchman (Eds.), *Regional cooperation in the midst of regional conflagration: Examining the partnership agenda in the shadow of October 7th* (pp. 52–57). Konrad-Adenauer-Stiftung. <https://www.kas.de/documents/263458/0/MDC+Publication.pdf>
- Kamrava, M. (2025). Structure, agency, and Persian Gulf security: Continuity amid change. *Comparative Strategy*, 44(1), 115–129. <https://doi.org/10.1080/01495933.2024.2445493>
- Karmon, E. (2025). The “Axis of Resistance” and the war in Gaza: Quo vadis? *Araucaria*, 27(59), 29–59. <https://doi.org/10.12795/araucaria.2025.i59.02>
- Karsh, E. (2023). The Israel-Iran conflict: Between Washington and Beijing. *Israel Affairs*, 29(6), 1075–1093. <https://doi.org/10.1080/13537121.2023.2269694>
- Kertcher, C., & Schiff, A. (2024). Unpacking unofficial normalization: Israel’s unofficial relations with the UAE and the Abraham Accords. *Journal of Asian and African Studies*, 60(6), 3943–3958. <https://doi.org/10.1177/00219096241243288>
- Norlen, T., & Sinai, T. (2020). *The Abraham Accords: Paradigm shift or realpolitik?* Security Insights, (64). [https://www.researchgate.net/profile/Tamir-Sinai/publication/381571868\\_The\\_Abraham\\_Accords\\_-\\_Paradigm\\_Shift\\_or\\_Realpolitik](https://www.researchgate.net/profile/Tamir-Sinai/publication/381571868_The_Abraham_Accords_-_Paradigm_Shift_or_Realpolitik)
- Palik, J. (2023). *The impact of the Israel-Hamas war on the Saudi-Israeli normalization process* (MidEast Policy Brief No. 4). Peace Research Institute Oslo (PRIO). [https://www.nb.no/items/URN:NBN:no-nb\\_plikmonografi\\_000043089](https://www.nb.no/items/URN:NBN:no-nb_plikmonografi_000043089)
- Pinfold, R. G., Jones, C., & Ehteshami, A. (2025). Collision course: How Iran and Israel brought the Middle East to the brink of war. *Global Policy*, 16(2), 289–298. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.70004>
- Rehman, A. U. (2020). Causes behind the Abraham Accord and its consequences for the peace process in the Middle East. *The Middle East International Journal for Social Sciences*, 2(2), 73–83. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4314077>
- Shimazu, N. (1998). *Japan, race and equality: The racial equality proposal of 1919*. Routledge.
- Vakil, S., & Quilliam, N. (2023). The Abraham Accords and Israel–UAE normalization: The multilateral dimension. Chatham House. <https://www.chathamhouse.org/2023/03/abraham-accords-and-israel-uae-normalization/06-multilateral-dimension>

## **OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Rua D. João Castro, nº 32-A Ajuda  
1300-193 Lisboa  
Tel. (+351) 21 363 05 77  
[geral@observatoriopolitico.pt](mailto:geral@observatoriopolitico.pt)

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

Carvalho, Pedro. «A Sociedade de Estados no Médio Oriente em Transformação: O Caso da Normalização com Israel» #142, Observatório Político, publicado em outubro/2026, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

### **Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.